



ConBRepro

XI CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO



01 a 03
de dezembro 2021

Inter-relações e Concepções de Governança, Governabilidade e o Mercado do Petróleo: Uma Revisão da Literatura

Rafael Henrique Mainardes Ferreira

PPGEP – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR-PG

Claudia Tania Picinin

PPGEP – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR-PG

Priscila Rubbo

PPGEP – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR-PG

Maria Helena da Fonseca

PPGEP – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR-PG

Resumo: Compreender a complexidade de ações e movimentações de um mercado, seja local ou global, depende de características e variáveis que estão além do controle interno, favorecendo ambientes econômicos, políticos, burocráticos e ambientais. O presente trabalho tem como principal intuito a caracterização da inter-relação entre governança e o mercado de petróleo em nível mundial. Como aspectos metodológicos, foi proposta uma revisão sistemática da literatura, utilizando-se das bases de dados virtuais Periódicos Capes e Google Acadêmico® aos maiores produtores de petróleo em nível mundial. Foi possível compreender a manifestação de diferentes discussões correlacionadas aos aspectos culturais e de estratificação diplomática e de ordenamento diante de regimes adotados em cada país.

Palavras-chave: Governança, Petróleo, Revisão da Literatura.

Interrelationships and Conceptions of Governance, Governability and the Oil Market: A Review of Literature

Abstract: Understanding the complexity of actions and movements in a market, whether local or global, requires characteristics and variables that are beyond internal control, favoring economic, political, bureaucratic and environmental environments. The main purpose of this work is to characterize the interrelationship between governance and the oil market at a global level. As methodological aspects, a systematic literature review was proposed, using the Capes Periodicals and Scholar Google® virtual databases to the world's largest oil producers. It was possible to understand the manifestation of different discussions related to cultural aspects and diplomatic stratification and ordering regarding the regimes adopted in each country.

Keywords: Governance, Oil, Literature Review.

1. Introdução

A base estrutural do desenvolvimento – seja este local ou global - constitui-se de fatores agregadores que, por muitas vezes, depende da atualização quanto à globalização econômica e de caráter sociológico para poder progredir em comum equilíbrio entre os envolvidos (SASSEN, 2010).

Hirst e Thompson (1998), bem como Guedes e Faria (2004) complementam o conceito de governabilidade, onde, em sua complexidade, é estabelecido um caráter mais sociológico, buscando as ações pró-democracia e canalizando resultados para que novos passos possam ser dados. Desta forma, é visto que o conceito geral de governabilidade estivesse sobrepujando as ações a serem tomadas por certo território, em nível estratégico.

Guedes e Faria (2004) estabelecem que os processos de governabilidade como o fator atuante para correspondência de estratégias em longo prazo, junto com o modelo de atuação diplomática exercida, sem esquecer o caráter histórico e cultural de cada povo ou território. Gilpin e Gilpin (2001) estabelecem ainda que o cenário em que a governabilidade pode estar inserida pode ser bastante catastrófico, caso não seja intermediado com zelo e diplomacia de alto nível.

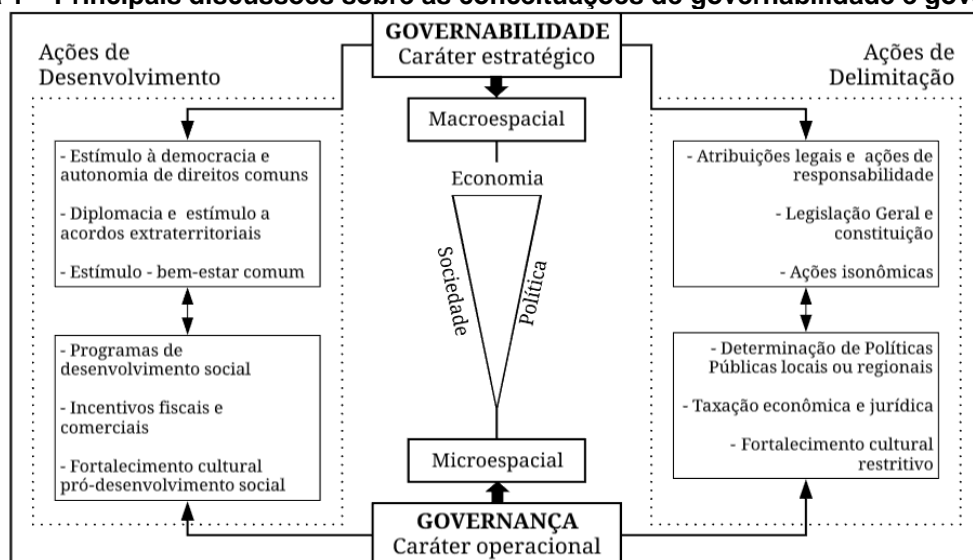
Chen (2004) estabelece que as práticas de governabilidade, diante da história da evolução dos processos humanos, tem sido um caráter decisório para o rompimento – ou retardamento - de ações que poderiam alavancar o desenvolvimento como algo muito superior ao atual. Vale ressaltar ainda, a caráter morfológico, que a governabilidade tem um caráter muito maior, ao considerar o desenvolvimento e expansão de ações, diferindo de governança, como um caráter microestrutural e de atuação operacional, em que cada lócus pode tomar ações individualizadas (CHEN, 2004; WILSON, 2000).

Nasser (2019) define que o termo governança vem no sentido de prover mais equilíbrio no que tange as mudanças políticas, quando comparadas a outras possíveis mudanças ou modelos adotados em escala mundial. Desta forma, a possibilidade de atuação entre novos territórios, bem como a expansão de negócios em prol do bem-estar social acaba sendo alavancado.

Para Haber, Menaldo (2011) o conceito desdobra-se diante da responsabilidade de fixação ou alterações financeiras, de forma a regular as ações para benefício mútuo entre sistema político e sociedade. Desta forma, a contribuição do resultado de uma boa governança, desdobra-se em consequências favoráveis ao desenvolvimento de uma nação ou de um conjunto de territórios unificados. O preceito de desenvolvimento pautado na governança está associado ao controle político de recursos - tanto econômicos, quanto sociais, de forma a incrementar as ações de bem-estar comum (BANCO MUNDIAL, 1992).

De um modo geral, a governança pode ser classificada como um cenário de atuação que estabelece basicamente como senso comum, as tomadas de decisão para unificação de ações em prol de um bem comum e social. Assim, é possível inferir que os estilos de governança podem ter um caráter definitivo, quanto ao desenvolvimento econômico e das relações internacionais entre os envolvidos – principalmente como citam Heber e Menaldo (2011). A Figura 1, a seguir, representa um *framework* simples diante de mapa conceitual, elencando as principais discussões encontradas pelos autores sobre os aspectos de governabilidade de governança.

Figura 1 – Principais discussões sobre as conceituações de governabilidade e governança



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Conforme demonstrado no *framework*, bem como discutido por Heber e Menaldo (2011), a importância de diferenciação entre os aspectos de governança e governabilidade se dá pela amplitude de ações de cada elemento, focando, em sua essência nos pilares fundamentais de atuação: Economia, Sociedade e Política. Tendo em vista esse panorama, faz-se importante a compreensão desses aspectos correlacionados ao mercado de petróleo. De acordo com a literatura das áreas de economia e comércio internacional, a confiança dos países exploradores de recursos naturais permite a perpetuação de regimes políticos mais autoritários entre as nações (FONTAINE, 2010; FRIEDMAN, 2006), onde, quanto maior a confiança e disposição de recursos – energéticos ou de outros aspectos -, a tendência de autocracia e divergência econômica também acaba se sobressaindo (JAGGERS; GURR, 1995; NORMAN, 2009).

Conforme a literatura (HERB, 2005; ENGLE; GRANGER, 1987; GRANGER; NEWBOLD, 1974) as receitas com o mercado do petróleo são cumulativas, logo, quanto maior as taxas e designações burocráticas, maior o processo de retenção, análise e fiscalização desse mercado para a carga tributária de cada país. A ideia de governança e o mercado de petróleo serem indissociáveis é algo tão estanque, que, ao longo da história, sociólogos e políticos sociais aderiram essa manutenção política do recurso como a petropolítica de regulação (FRIEDMAN, 2006; HABER; MENALDO, 2011). A petropolítica, embora discutida inicialmente pelos países andinos, conseguiu uma propagação para a tomada de decisão ao longo de toda discussão mundial, trazendo delineamentos e necessidades de alterações nas plataformas de comercialização, agentes envolvidos nos processos comerciais e abuso de autoridade, por parte de governos menos democráticos (NORMAN, 2009; FRIEDMAN, 2006).

Alguns autores (HERB, 2005; FONTAINE, 2010; ASLAKSEN, 2010; DUNNING, 2008) negam a associação de governança com o esperado desenvolvimento das nações. Isso se dá pela inconsistência de manutenção de um sistema que possibilite unificar as políticas de auxílio – em paralelo – econômico, social e político (FONTAINE, 2010). A discussão deixa clara a exaltação do viés político nas relações mercadológicas do petróleo, favorecendo, em primeira instância, os líderes autocratas e autoritários de nações menos desenvolvidas. O objetivo geral desse artigo é demonstrar a inter-relação entre governança e o mercado de petróleo em nível mundial. Para isso será realizada uma revisão de literatura sem delimitação temporal, para verificar o que tem sido publicado sobre a temática em questão.

2. Aspectos Metodológicos

Para a realização dessa pesquisa optou-se por fazer uma revisão de literatura que consiste em levantar as informações disponíveis sobre uma temática, de forma que o pesquisador contextualize e analise os dados de materiais como artigos, livros, entre outros, atingindo o objetivo definido (BRIZOLA; FANTIN, 2016).

Utilizando-se de consulta das plataformas gratuitas e disponíveis online Periódicos Capes e *Scholar Google*®, foram encontrados artigos que permitiram a designação de autores que complementam essa relação de governança e o referido mercado de análise. Não foi utilizado um limite temporal, de forma a acentuar as publicações que pudessem ser convenientes à análise, porém, priorizou-se a análise das publicações mais recentes e que possam representar um panorama atualizado.

Alguns termos utilizados para especificar os resultados se deram pelos termos “*govern*”, caracterizando discussões que envolvam o governo – ou *government* -; o termo “*petrol*”, caracterizando a terminologia petróleo. Ambas as palavras foram abreviadas para obter resultados na língua inglesa e portuguesa. Além disso, para cada país, foram adicionados à busca o nome do país em ambos os idiomas.

3. Resultados e Discussões

A distribuição histórica dos maiores produtores de petróleo se dá por fatores que vão além da geopolítica, panoramas climáticos e geográficos e distinção de habitats para exploração, uma vez que o delineamento desse mercado também obteve uma transformação nos últimos cinquenta anos, dadas transações e desencadeamento de políticas públicas de cada país e aspectos diplomáticos para negociar esse novo recurso (UNGER, 2004). O Quadro 1, a seguir, distribui as principais discussões e ideias centrais da literatura, ordenando os países por ordem de produção, conforme indicados pela Organização das Nações Unidas (2020).

Quadro 1 – Discussão da governança dos países produtores de petróleo diante da literatura

Países	Ideias centrais da literatura	Autores Relacionados
Estados Unidos	Ao considerar os demais produtores e exportadores mundiais, a política interna presidencialista dos Estados Unidos da América, apesar de atualizada, ainda prevalece de resistência e vulnerabilidade de ações, onde buscou-se, nas últimas décadas, um sistema adaptativo de gerenciamento. Além disso, o presidencialismo americano já se mostrou suficiente, porém, instável para o mercado de petróleo, desde sua ascensão, ao final de 1800.	Hess et al. (2011); Davidsen, Sterman; Richardson (1990); Kwesi-Buor, Menachof, Talas (2019); Miller, Sorrell (2013); Hosseini, Shakouri (2016); Unger (2004); Yin (2021); Allam, Jones (2021); Brandão, Gonçalves, Santos (2021)
Rússia	O governo democrático e presidencialista da Rússia foi alvo de várias controvérsias, ao que diz respeito à questão de taxas e impostos alavancados – ou, em alguns momentos, estagnados – pelo mau funcionamento de políticas do petróleo. O mercado de minérios e recursos finitos, como o petróleo, teve uma rigidez de políticas internas, principalmente pelo governo de Vladimir Putin, onde a autocracia se tornou necessária para regulação de mercado e taxas econômicas. Isto refletiu maior rigidez nas relações, aumento nas tensões diplomáticas e maior especificidade em negociações técnicas com o mercado russo. A figura dos <i>siloviki</i> aparecem para regulação, atuando como membros mais rígidos de controle militar para ações estratégicas de câmbio e mercado.	Ruman et al. (2021); Dar et al. (2021); Ross (2015); Green (2006); Myers, Kramer (2007); McFaul, Stoner-Weiss (2008); Schwarz (2004); Del Cid (2008); Rutland (2006); Tsujlo (2005); Mastepanov (2002); Gonzalez Bolivar (2019); Chingo (2005); Parkhe (2004); Kaplan (2014)

Arábia Saudita	As publicações e discussões acadêmicas sobre o petróleo nessa região tem se estabelecido nas últimas décadas em uma divisão entre a preocupação com o futuro do petróleo – e sua finitude, bem como a proeminente disputa territorial e pelo poder pelas ações árabe-israelenses para a conquista de novos poderes e mercados. Além disso, a visibilidade mais atual da discussão se dá pelas novas buscas de energia pelos governos, dando lugar ao papel feminino no mercado de petróleo, bem como maior preocupação em energias alternativas e renováveis. O histórico de conflitos de interesses e poder entre Arábia Saudita e o governo norte-americano também se sobrepõe às reais necessidades do mercado de petróleo ao longo das décadas.	Bansal et al. (2021); Sunam, Barney, McCarthy (2021); Ali (1976); Cerioli (2019); Shakil et al. (2018); Krane (2019); Levitsky, Lucan (2010); Shakil et al. (2018); Al-Rasheed (2013); Niblock (2006); Partrick (2018); Miller (2017); Anderson Jr. (1981); Unger (2004); El Mallakh, El Mallakh (1982); Bhattacharyya, Blake (2009); Essayyad, Ramady, Al-Hajji (2003); Shammas (2000)
Canadá	O país estabelece o mercado de petróleo diante de normas rígidas e influentes para com os demais envolvidos nesse mercado, diante de sistemas provinciais e federal amplamente discutidas pela Coroa. O debate é intensificado quanto às formas de governo na região, quando coloca-se em voga a transição para um processo de governo mais ligado ao neoliberalismo, favorecendo a democracia às regiões mais simplórias, porém, com alto padrão produtivo do insumo.	Lucas, Hunt (1990); Shrivastava, Stefanick (2015); Gattinger (2005); Maharaj; Herremans (2008); Doern (2005); Bugailiskis, Rozental (2012); Hoberg, Rivers, Salomons (2012)
Iraque	Um dos grandes e notórios aspectos contidos na percepção de discussões da governança do Iraque, se dá pelos conflitos armados e catastróficos de Saddam Hussein, as alianças terroristas e coercitivas, bem como a derrubada do poder, diante da Autoridade Provisória da Coalisão. A associação e aspectos de diplomacia ou conflito direto com os Estados Unidos também é bastante discutido, ao refletir as mudanças de Repúblicas e Presidentes das nações. A relação do Iraque com o território brasileiro também é bastante assimilado. Além disso, para reforçar o contexto histórico-diplomático, a aliança governamental com o Japão é posta em evidência por alguns autores.	Unger (2004); Fares (2007); Dessouki, Korany (1991); Sakai (2001); Talmon (2013); Al-Khafaji et al. (2020); Hakimi et al. (2018); Abbas (2018); Hanabusa (2010); Cameron, Schnusenberg (2009); Ibrahim, Oudah, Hassan (2017); Loewe, Zintl, Houdret (2020)
China	A República Popular da China tem sido destacada pelas diferentes estratégias governamentais nos últimos anos, como uma nova interface de governo (considerando o governo de Xi Jinping como mediador de novos processos. A abertura a novas tecnologias substitutas ao petróleo, ao longo de décadas vem sido discutidas, não apenas pelo caráter socioambiental, mas de rentabilidade das multinacionais petrolíferas do país. Além disso, é discutido a abertura e negociação de larga escala do petróleo pelo país em diversos países, exibindo novas oportunidades diplomáticas, bem como limites de comercialização.	Cintra, Silva Filho, Pinto (2015); Ross (2015); Pautasso (2009); Jabbour (2006); Yamaguchi (2010); Singh (2013); Rubiolo (2011); Roy (2013); Ross (2009); Nolan (2014); Kaplan (2014); Kan (2001); Miller (2014)
Brasil	A exploração e preocupação da gestão brasileira com o mercado de petróleo é tida como insuficiente até a década de 1970. Alguns eventos como a Guerra do Yom Kippur e dissociações políticas entre países desse mercado – resultando no valor do barril de petróleo até quatro vezes maior para consumo no território brasileiro -, resultaram na tomada de ações presidencialistas para o equilíbrio do consumo e distribuição em longo prazo. O Ministério das Relações Exteriores - Itamaraty decide, portanto, firmar alianças diplomáticas com os países do Oriente Médio, Estados Unidos da América, e, posteriormete, abertura a novas ações com a Venezuela.	Fares (2007); Vizontini (1998); Montenegro (1992); Mendes, Attuch (2004); Sébille-Lopez (2006); Fuser (2008); Silva-Filho, Moraes (2012); Rubiolo (2011); Reis (2011); Fuser (2008); Morgenthau (2003); Surrey (1987); Dias, Quaglino (1993), Ross (2015); Silva et al.

		(2021)
Emirados Árabes Unidos	A política do povo <i>emirati</i> , bem como sua governabilidade obedece aspectos singulares de monarquia. Apesar de, atualmente, possuir um alto indicativo de evolução turística e produção de petróleo, está inserida em um espaço federativo composto de sete principados tribais – onde o principal agente decisor e de modificação encontra-se em Abu Dhabi, liderado por Khalifa bin Zayid Al Nahyan, embora todos os principados tomem as decisões em conjunto. Apesar da rigidez social e manutenção cultural pelo islamismo, é importante considerar a abertura de novos processos tecnológicos e inovadores, favorecendo o desenvolvimento.	Unger (2004); Kaplan (2014); Hourani, Ruthven (2002); Davidson (2005); Ewers (2013); Toft; Duero (2011); Essayyad, Ramady, Al-Hajji (2003); Hanabusa (2010); Bouri, Kachacha, Roubaud (2020); Allam, Jones (2021); Kamil et al. (2019)
Kuwait	A monarquia constitucional kuwaitiana também tem seu critério governamental baseado em compartilhamento de ações e tomadas de decisões gerais. Constituindo-se de até 16 ministros, e como líder supremo o emir, o contexto cultural sunita e xiita toma um caráter governamental mais fechado e restrito. O mercado de petróleo no Kuwait tem sido desenvolvido desde meados da década de 1930, o que proporcionou maior flexibilização de regimes, onde, apesar de ríspido, pode ser considerado mais liberal que outros países do Oriente Médio.	Sakai (2001); Alves (2013); Bhattacharyya, Blake (2009); Shehabi (2020); Alotaibi (2011); Parnes (2019); Noguera (2017); Olimat (2012); Kulczycki, Windle (2011); Thomas (2005); Husseini (2009); Haber, Menaldo (2011); Oliveira et al. (2021)
Irã	O sistema político iraniano pode ser, historicamente, um dos governos mais instáveis ao longo da história. Os autores reforçam que o mercado do petróleo proporcionou um pano de fundo bastante complexo, aderindo a mudanças radicais, derrubadas de lideranças, autoritarismo, teocracia e ultraconservadorismo. Atualmente, o guia supremo dessa federação é constituído pelo aiatolá Ali Khamenei, bem como, seu presidente, por Hassan Rohani. Esse sistema de governo, devido sua complexidade e instabilidade ao longo das décadas, também proporcionou um impacto negativo às negociações de petróleo e minérios da região.	Sakai (2001); Dessouki, Korany (1991); Jun (2011); Yazdani, Pirpour (2020); Farzanegan, Habibpour (2017); Farzanegan, Parvari (2014); Patrick (2005); Souza (2006); Ross (2015); Unger (2004); Costa (2012); Miremadi (2020)

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

É perceptível que o enlace político que envolve os Estados Unidos da América com relação ao Oriente Médio sofreu disfunções sérias ao longo das últimas décadas. Ao explicitar as ações que vão desde a exploração inicial do petróleo, às políticas de confronto entre George W. Bush e seu pai George H. W. Bush contra as políticas islâmicas de exploração (UNGER, 2004) perpassou eventos catastróficos e históricos que explicitam a governança como forma de lutas pelo poder.

Os autores Davidsen, Sterman e Richardson (1990) configuram as tomadas de decisões presidencialistas ao longo da história do petróleo pelos Estados Unidos da América como sendo de caráter altamente endógeno, e, por vezes, egocêntrica. Hosseini e Shakouri (2016) reforçam ainda que essa competição não perdurou apenas para influência de poder pós Guerra Fria, mas sim, de forma a competir e contemplar as ações de melhorias focadas em um estilo de poder, onde a democracia e autoritarismo são dominantes nas relações externas.

O governo russo é abarcado pelas discussões dos autores diante da dissolução da União Soviética (GONZALEZ BOLÍVAR, 2019), onde crise pós-soviética unia-se às redes de corrupção e concentrações de bens e riquezas que não proporcionavam desenvolvimento ao país. A Guerra Fria foi a grande possibilidade para desviar do unilateralismo gerado pelos Estados Unidos da América, gerando novas abordagens para negociações e racionalidades de governo mais modernas (ROSS, 2015).

As discussões com relação ao Oriente Médio – especificamente as interligações da Arábia Saudita -, por sua vez, têm se voltado a prospecções do mercado de petróleo e novas ações nacionalistas, pensando em um futuro pós-petróleo (KRANE, 2019; ANDERSON JR., 2014). Em seu passado, as discussões eram preocupantes quanto ao regime adotado, que, de acordo com Ali (1976), conjurava uma mescla entre a monarquia e autoritarismo fascista de alto nível. Era previsível que o regime adotado, bem como a imposição de forças táticas poderiam intensificar os conflitos árabe-israelenses em curto prazo, como de fato aconteceu nas décadas seguintes (NIBLOCK, 2006). Além disso, o fundamentalismo islâmico e muçulmano – fundado oficialmente próximo da década de 1920 -, proporcionou uma dificultosa relação com a região, tornando-a extremamente inamistosa (UNGER, 2004).

Apesar do Canadá pouco ser discutido na literatura internacional do mercado de petróleo – muitas vezes pela proximidade com as ações norte-americanas -, é importante mencionar que as ações da Coroa para com o mercado de petróleo configuram-se como uma das mais efetivas do mundo (LUCAS; HUNT, 1990).

Também é importante citar a controversa relação entre o Canadá e os Estados Unidos – mais especificamente entre as duas maiores extratoras petrolíferas da região: *Keystone XL* e *Northern Gateway* – que tem tomado proporções maiores nas últimas décadas, devido às instabilidades comerciais entre os mercados petrolíferos (HOBERG; RIVERS; SALOMONS, 2012).

As ações políticas e governamentais do Iraque tiveram suas discussões mais acentuadas ao mercado de petróleo no período seguinte à Segunda Guerra Mundial. Sakai (2001) reforça que a união do Iraque para as dinastias governamentais do Japão nesse período proporcionou maior fortalecimento econômico e aceleração produtiva ao mercado de petróleo para ambos os lados dessa aliança. Dessouki e Korany (1991) ainda ressaltam que a política pró-árabe e o amparo político japonês ainda proporcionaram um desempenho razoavelmente bom diante dos conflitos do mercado de petróleo nos anos seguintes – como a guerra Irã-Iraque em 1980, e a Guerra do Golfo em 1990. Apesar do poder concentrado em Saddam Hussein – entre as décadas de 1980 e anos 2000 -, as tentativas de acordos diplomáticos ao longo do tempo tem se mostrado como um caráter bastante evolutivo e maduro, principalmente após a nova constituição da República do Iraque, por Ghazi Mashal Ajil al-Yawer, em 2004 (TALMON, 2013; HANABUSA, 2010).

A governança da China tem sido pautada nos últimos anos pela reforma total de sistemas que possam prejudicar os processos de desenvolvimento da nação. Desta forma, é visível na literatura alguns contextos em que o sonho chinês (*Chinese Dream*) (JABBOUR, 2006), é tido como a prospecção de um país socialista moderno, próspero, democrático e, acima de tudo, moderno (MILLER, 2014; CINTRA; SILVA FILHO; PINTO, 2015).

Desde a década de 1970, a China tem se programado para a progressão no mercado de petróleo como um todo (PAUTASSO, 2009), onde, exemplos desse perfil diplomático e positivista podem ser vistos no *China's Energy Conditions and Policies*, um manual de boas práticas e possibilidades para o mercado energético, bem como aumento da eficiência, em comparação às demais potências energéticas mundiais (YAMAGUCHI, 2010; KAN, 2001; KAPLAN, 2014).

O Brasil, por sua vez, tem um histórico progressista e bastante dinâmico, quando relacionado à dependência do mercado de petróleo desde a década de 1970 (SURREY, 1987). Sébille-Lopez (2006) e Fares (2007) reforçam que, diante de alguns atos políticos ou designações econômicas ao longo do último século, o Brasil esteve em um ofuscamento de produção desse mercado, deixando a América Latina ser representada pela Venezuela e México, alavancando os processos diplomáticos e econômicos ao Mercosul.

Dias e Quaglini (1993) consideram o contexto histórico da governança do Brasil de forma eficaz ao mercado petrolífero, datando em aproximadamente 1864, onde a atuação do governo considerava a exploração do recurso sob diversas formas para levantar a economia. É visível, portanto, que desde os aspectos básicos de exploração, até o ambiente de criação da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras -, os desdobramentos políticos e econômicos para esse mercado sempre se mostraram em primeiro plano (ROSS, 2015; FARES, 2007). De uma maneira generalista, a relação do governo brasileiro com o mercado do petróleo é considerada estigmatizada, seja pelas relações diplomáticas incoerentes, seja pelas transições ao longo do tempo com a manutenção da Petrobras (FARES, 2007).

Ao considerar a o sistema monárquico dos Emirados Árabes Unidos, por sua vez, é comum que as inconsistências governamentais sejam confrontadas, considerando a região como um complexo de sete principados: Ras al-Khaimah, Fujairah, Sharjah, Ajman, Umm al-Quwain, Dubai e Abu Dhabi (HOURANI; RUTHVEN, 2002). Kaplan (2012) reforça que, embora a região seja considerada bastante recente – desde sua solidificação na década de 1970 -, atualmente representa um importante marco político e de crescente exploração de petróleo para o mercado mundial.

Os aspectos de governo kuwaitiano são contemplados pelos autores como uma heterogênesse em relação aos demais países do entorno, voltados à exploração do petróleo e óleo cru (ALOTAIBI, 2011; SHEHABI, 2020). Isso se dá pelos aspectos absolutistas do governo ao longo do tempo, tratando as ações decisórias com rigor e, salientando, acima de qualquer decisão, o poder do emir ou xeque (PARNES, 2019; NOGUERA, 2017).

Shehabi (2020) reforça que, apesar dessa rigidez, que lentamente deu lugar ao desenvolvimento, o país contou com a modernização e força de trabalho feminina para auxiliar na expansão do mercado desse insumo, embora, ainda prevaleça a desigualdade de gênero como um dos pontos mais delicados de enfoque da mídia.

A história de governança do Irã – ou Irão – é marcada por problemas decorrentes de abusos absolutistas, onde, desde aproximadamente 1870, o país por uma desestruturação, servindo de local de exploração para mão de obra estrangeira. Assim, a Revolta do Tabaco, ocorrida próximo a 1900 marcou uma mudança drástica para o enfraquecimento do governo, tendo como consequência a perda de grande parte do território e domínio de insumos e mão de obra (YAZDANI, PIRPOUR, 2020).

Considerando as mudanças culturais e rígidas trocas de governos ao longo das décadas, o Irã foi um dos países mais afetados na crise do petróleo de 1970 (PATRICK, 2005), que acarretou no desemprego de milhões de iranianos, bem como, alterou as taxas de inflação de forma assustadora em um curto espaço de tempo (FARZANEGAN; HABIBPOUR, 2017; FARZANEGAN; PARVARI, 2014). A Revolução Iraniana, de 1979, estabelece também um marco importante na história do país, com a derrubada de seu governante - Reza Pahlevi – sob o comando oposto de Saddam Hussein, que pretendia controlar as reservas de petróleo e iniciar o contexto guerrilheiro com os Estados Unidos, devido ao clima de ameaça constante (SOUZA, 2006; ROSS, 2015, UNGER, 2004).

4. Considerações Finais

De forma geral o objetivo desse artigo foi demonstrar a inter-relação entre governança e o mercado de petróleo em nível mundial. Assim foi verificado na literatura que a governabilidade possui um caráter estratégico e está relacionada à capacidade política, por exemplo, de um país, enquanto a governança tem um caráter operacional e se refere à forma de governo.

Os países possuem formas de governo diferentes como a Monarquia Absoluta (Arábia Saudita), a Monarquia Constitucional (Canadá, Emirados Árabes Unidos e Kuwait), a República Parlamentar (Irã), a República Popular (China) e a República Presidencialista (Brasil, Estados Unidos, Irã e Rússia).

O petróleo é um combustível fóssil, considerado como um recurso energético que possui uma grande importância política e econômica, sendo que a sua produção contribui com a geração de empregos. Mesmo sendo os maiores produtores de petróleo Estados Unidos, Rússia, Arábia Saudita, Canadá, Irã, China, Brasil, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Irã, esses países possuem a distribuição desigual das reservas de petróleo.

É visível que ainda existem conflitos diplomáticos entre os países, seja por questões relacionadas a política, economia, cultura ou religião e para tentar estabelecer um relacionamento mais pacífico podem ser feitos acordos, tratados ou negociações.

Referências

ALI, S. R. **Saudi Arabia and oil diplomacy**. United States: Bibtex USA, 1976.

ALOTAIBI, S. Energy consumption in Kuwait: Prospects and future approaches. **Energy Policy**, v. 39, n. 2, p. 637-643, 2011.

ANDERSON JR., I. H. **Aramco, the United States, and Saudi Arabia: A Study of the Dynamics of Foreign Oil Policy, 1933-1950**. Princeton University Press: New Jersey, 2014.

ASLAKSEN, S. Oil and Democracy: More than a Crosscountry Correlation? **Journal of Peace Research**, v. 47, ed. 4, p. 421– 31, 2010.

BANCO MUNDIAL. **Governança e Desenvolvimento**. Washington, DC: The World Bank, 1992.

BRIZOLA, J.; FANTIN, N. Revisão da literatura e revisão sistemática da literatura. **Revista de Educação do Vale do Arinos - RELVA**, v. 3, n. 2, p. 23-39, jul./dez. 2016.

CINTRA, M. A. M.; SILVA FILHO, E. B.; PINTO, E. C. **China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

CHEN, Y. Effective public affairs in China: MNC-government bargaining power and corporate strategic for influencing foreign business policy formulation. **Journal of Communication Management**, v. 8, n. 4, p. 395-413, 2004.

DAVIDSEN, P.; STERMAN, J.; RICHARDSON, G. A petroleum life cycle model for the United States with endogenous technology, exploration recovery and demand. **System Dynamics Review**, v. 6, n. 1, p. 66-93, 1990.

DESSOUKI, A. E. H.; KORANY, B. **The Foreign Policies of Arab States: The Challenge of Change**. Boulder, Colorado: Westview Press, 1991.

DIAS, J. L. M.; QUAGLINO, M. A. **A questão do petróleo no Brasil: uma história da Petrobras**. Rio de Janeiro: CPDOC: PETROBRAS, 1993.

- ENGLE, R.; GRANGER, C. Cointegration and Error Correction: Representation, Estimation and Testing. **Econometrica**, v. 55, ed. 2, p. 251–76, 1987.
- FARES, S. T. O Pragmatismo do Petróleo: as relações entre o Brasil e o Iraque. **Rev. brasileira de política internacional**, Brasília, v. 50, n. 2, p. 129-145, dez. 2007.
- FARZANEGAN, M. R.; HABIBPOUR, M. M. Resource rents distribution, income inequality and poverty in Iran. **Energy Economics**, v. 66, p. 35-42, 2017.
- FARZANEGAN, M. R.; PARVARI, M. R. Iranian-Oil-Free Zone and international oil prices. **Energy Economics**, v. 45, p. 364-372, 2014.
- FONTAINE, G. **Petropolítica: una teoría de la gobernanza energética**. Instituto de Estudios Peruanos - FLAC-SO: Sede Ecuador, Quito, 2010.
- FRIEDMAN, T. The First Law of Petropolitics. **Foreign Policy**, v. 154, p. 28–36, 2006.
- GATTINGER, M. From Government to Governance in the Energy Sector: The States of the Canada-U.S. Energy Relationship. **American Review of Canadian Studies**, v. 35 ed. 2, 321-352, 2005.
- GILPIN, R.; GILPIN, J. M. **Global Political Economy: Understanding the International Economic Order**. United Kingdom: Princeton University Press, 2001.
- GONZALEZ BOLIVAR, D. J. Nacionalismo en Rusia: ¿Un arma de gobierno de Vladimir Putin? **Justicia**, Barranquilla, n. 35, p. 1-14, jun. 2019.
- GRANGER, C.; NEWBOLD, P. Spurious Regressions in Econometrics. **Journal of Econometrics**, v. 2, p. 111–20, 1974.
- GUEDES, A. L.; FARIA, A. Entendendo Governança Internacional: estudo de caso no setor de petróleo. **Organizações & Sociedade**, v. 11, n. 31, p. 171-185, 2004.
- HABER, S.; MENALDO, V. Do Natural Resources Fuel Authoritarianism? A Reappraisal of the Resource Curse. **American Political Science Review**, v. 105, n. 1, p. 1-26, 2011.
- HANABUSA, K. Effects of foreign disasters on the petroleum industry in Japan: A financial market perspective. **Energy**, v. 35, n. 12, Dez. 2010, p. 5455-5463.
- HERB, M. No Representation without Taxation? Rents, Development, and Democracy. **Comparative Politics**, v. 37, p. 297– 317, 2005.
- HIRST, P.; THOMPSON, G. **Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- HOBERRG, G.; RIVERS, A.; SALOMONS, G. Comparative Pipeline Politics: Oil Sands Pipeline Controversies in Canada and the United States. **APSA 2012 Annual Meeting Paper**, 2012.
- HOSSEINI, S. H.; SHAKOURI, H. G. A study on the future of unconventional oil development under different oil price scenarios: A system dynamics approach. **Energy Policy**, v. 91, ed. C, p. 64-74, 2016.

HOURANI, A.; RUTHVEN, M. **A History of the Arab Peoples**. London: Faber, 2002.

JABBOUR, Elias. **China – infra-estrutura e crescimento econômico**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

JAGGERS, K.; GURR, T. Tracking Democracy's Third Wave with the Polity III Data. **Journal of Peace Research**, v. 32, p. 469–82, 1995.

KAN, S. A. **China's military-owned businesses**. Washington, D.C.: Congressional Research Service, 2001.

KAPLAN, R. D. **Asia's cauldron: the South China Sea and the end of a stable Pacific**. New York: Random House, 2014.

KRANE, J. **Reinos da energia**. Nova York: Columbia University Press, 2019.

LUCAS, A. R.; HUNT, C. D. **Oil and gas law in Canada**. Carswell Publications: Calgary University, 1990.

MILLER, T. **A dream of Asian Empire**. Gavekal Dragonomics, Beijing, 2014.

NASSER, R. **Governança global: conexões entre políticas domésticas e internacionais**. São Paulo: EDUC: PIPEq, 2019.

NIBLOCK, T. **Arábia Saudita: legitimidade e sobrevivência do poder**. NY: Routledge, 2006.

NOGUERA, J. The Seven Sisters versus OPEC: Solving the mystery of the petroleum market structure. **Energy Economics**, v. 64, p. 298-305, 2017.

NORMAN, C. Rule of Law and the Resource Curse: Abundance versus Intensity. **Environmental and Resource Economics**, v. 43, p. 183–207, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU. **Revisão de 2019 de Perspectivas Populacionais Mundiais**. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais: Dinâmicas Populacionais. Disponível em: <<https://population.un.org/wpp/>>. Acesso em: 28. mai. 2020.

PAUTASSO, D. Os desdobramentos internacionais do desenvolvimento e da demanda por petróleo na China. **Meridiano**, v. 47 n. 109, p. 23-25, 2009.

PARNES, D. Heterogeneous noncompliance with OPEC's oil production cuts. **Energy Economics**, v. 78, p. 289-300, 2019.

PATRICK, A. O Irã entre o Ocidente e sua autodeterminação. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n. 24, p. 257-260, 2005.

ROSS, M. **A maldição do petróleo**. Porto Alegre: CDG, 2015.

SASSEN, S. **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SAKAI, K. **Japan-Iraq relations: the perception gap and its influence on diplomatic policies.** Arab Studies Quartely, 2001

SÉBILLE-LOPEZ, P. **Geopolíticas do Petróleo.** Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

SHAKIL, M. H. et al. Is gold a hedge or a safe haven? An application of ARDL approach. **Journal of Economics, Finance and Administrative Science**, Lima, v. 23, n. 44, p. 60-76, jun. 2018

SHEHABI, M. Diversification effects of energy subsidy reform in oil exporters: Illustrations from Kuwait. **Energy Policy**, v. 138, 2020.

SOUZA, F. R. Impacto do Preço do Petróleo na Política Energética Mundial. **Dissertação (Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE)**, Programa de Mestrado em Planejamento Estratégico, p. 160, 2006.

SURREY, J. Desenvolvimento de petróleo no Brasil: o papel estratégico de uma empresa nacional de petróleo. **Política Energética**, v. 15, n. 1, p. 7-21, 1987.

TALMON, S. **The Occupation of Iraq: Volume 2: The Official Documents of the Coalition Provisional Authority and the Iraqi Governing Council.** Bloomsbury Publishing, 2013.

UNGER, C. **As famílias do petróleo: as relações secretas entre os clãs Bush e Saud.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

WILSON, R. Understanding Local Governance: an international perspective. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 51-63, 2000.

YAMAGUCHI, M. **China rare earth exports to Japan still halted.** The Associated Press, Tokyo, 2010.

YAZDANI, M.; PIRPOUR, H. Evaluating the effect of intra-industry trade on the bilateral trade productivity for petroleum products of Iran. **Energy Economics**, v. 86, 2020.